

PREGÃO ELETRÔNICO n. 35/2025

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de equipamentos para modernização das salas de audiência dos Tribunais Regionais do Trabalho, com garantia on-site de 12 meses.

Recorrente: MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA
Recorrida: MRM MUSIC LTDA

1. RELATÓRIO

Trata-se de recurso interposto por **MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA**, (CNPJ: 15.838.111/0001-49) contra a decisão que declarou vencedora a empresa 5ª colocada, **MRM MUSIC LTDA** (CNPJ: 54.710.500/0001-46).

O PE 30/2025 é composto por 6 itens. A sessão pública de lances se realizou em 12/12/2025, pelo portal Compras.gov.br. Os itens 4, 5 e 6 já foram homologados. Os itens 1 e 3 estão em fase de homologação. Quanto a este item 2, houve apresentação de razões recursais.

O valor total estimado do item é de R\$ 1.158.033,57 (valor unitário R\$ 249,63). O objeto foi arrematado pela empresa 5ª colocada, MRM MUSIC LTDA, por R\$973.958,05,00 (valor unitário R\$ 209,95).

Em 23/12/25, a proposta vencedora foi aceita e a empresa habilitada, ocasiões em que foram abertos os prazos para manifestação da intenção de recorrer, sob pena de preclusão, de acordo com o art. 165, §1º, inciso I, da Lei 14.133/2021 e art. 40, caput e §1º da Instrução Normativa SEGES/ME/73/2022, tendo se manifestado a empresa 6ª colocada, MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA, ora recorrente.

Deflagrou-se, assim, o prazo de 3 dias úteis para apresentação de razões recursais, após a declaração de vencedor, conforme preceitua o art. 165, inciso I, da Lei 14.133/2021, que se iniciou em 24/12/2025 e terminou em 29/12/2025. Imediatamente findo este prazo, iniciou-se, automaticamente, o prazo de contrarrazões, em 30/12/2025, que terminou em 2/1/2026, tendo em vista o feriado de Natal.

A empresa MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA apresentou razões recursais em 29/12/2025. Contrarrazões também apresentadas pela empresa arrematante, MRM MUSIC LTDA. Tudo conforme “*print*” da tela do sistema:

Seleção de fornecedores - Fase recursal

Online 

Pregão Eletrônico N° 90030/2025 (SRP) (Lei 14.133/2021)

UASG 80008 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Critério julgamento: Menor Preço / Maior Desconto Modo disputa: Aberto



2 MICROFONE DIRECIONAL

Julgado e habilitado (aguardando decisão de recursos)

Qtd solicitada:

4639

Valor estimado (unitário):

R\$ 249.6300

Data limite para recursos
29/12/2025

Data limite para contrarrazões
02/01/2026

Data limite para decisão
21/01/2026

Recursos e contrarrazões

15.838.111/0001-49	MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA	Recurso: cadastrado	
Intenção de recurso			
Intenção de recurso do julgamento de propostas registrada às 14:35 de 23/12/2025			
Intenção de recurso da habilitação de propostas registrada às 14:56 de 23/12/2025			
Recurso			
Recurso e anexos pdf		29/12/2025 18:40:43	
Contrarrazões			
54.710.500/0001-46	MRM MUSIC LTDA	Contrarrazão registrada	

É o relatório.

2. ADMISSIBILIDADE

2.1 – Tempestividade

O art. 165, inciso I, alínea “c”, da Lei 14.133/2021 determina o cabimento de recurso administrativo, no prazo de 3 dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, contra ato da Administração decorrente de habilitação ou inabilitação do licitante.

Foi aberto o prazo de 3 dias úteis para apresentação de razões recursais, após a declaração de vencedor, conforme preceitua o art. 165, inciso I, da Lei 14.133/2021, que se iniciou em 24/12/2025 e terminou em 29/12/2025. Imediatamente findo este prazo, iniciou-se, automaticamente, o prazo de contrarrazões, em 30/12/2025, que terminou em 2/1/2026, tendo em vista o feriado de Natal.

A empresa MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA apresentou razões recursais em 29/12/2025, sendo essas, portanto, tempestivas, bem como o são as contrarrazões, apresentadas pela empresa arrematante, MRM MUSIC LTDA.

3. MÉRITO

3.1 – Ausência de documento de conformidade com a Diretiva RoHS

A recorrente alega que a aceitação da proposta apresentada pela vencedora foi indevida, tendo em vista a falta de comprovação técnica, por meio de certificação ou laudo laboratorial, de que o equipamento ofertado, da marca JBL, modelo Quantum Stream Talk seja fabricado de acordo com a diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), um dos requisitos do edital.

A recorrida, por sua vez, noticia, em sua peça de contrarrazões, que o equipamento JBL Quantum Stream Talk, ofertado por ela, segue rigorosamente a *“Diretriz Europeia RoHS, conforme Declaração Oficial de Conformidade emitida pela fabricante Harman International, detentora da marca JBL”*. Aduz que *“o produto sempre esteve em conformidade técnica com o edital”*, tendo havido, apenas, *“a não anexação inicial do documento, equívoco formal plenamente sanável”*. E colaciona o tal documento em sua peça.

Completa dizendo que a fabricante Harman International emitiu documento oficial, disponível publicamente em seu repositório oficial, declarando que o modelo JBL Quantum Stream Talk cumpre a Diretiva 2011/65/EU (RoHS) e está de acordo com o padrão técnico EN IEC 63000:2018, reconhecido internacionalmente como meio hábil para comprovação de conformidade quanto à restrição de substâncias perigosas.

Sem razão a recorrente.

Ao contrário do alegado, não houve equívoco de “não juntada” deste documento aos autos deste processo licitatório. Embora a empresa arrematante não tenha anexado o documento juntamente de sua proposta, tal requisito foi devidamente verificado pela equipe técnica quando da avaliação da proposta, conforme se depreende do parecer datado de 23/12/25, que confirma a comprovação da diretiva RoHS do microfone JBL, modelo Quantum Stream Talk, por meio do site do fabricante (link abaixo), citado como fonte de consulta.

chrome-
extensi-
on://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://www.jbl.com.br/on/demandware.static/-
/Sites-
masterCata-
log_Harman/default/dw45f0bff7/pdfs/JBL_QUANTUM_STREAM_TALK%20DOC.pdf

No link acima é possível verificar a Declaração de conformidade com a diretiva RoHS em vários idiomas, inclusive em português:

Harman International Industries, Incorporated
8500 Balboa Blvd.
Northridge, CA 91329
USA



português (pt)

DECLARAÇÃO UE DE CONFORMIDADE

1. Modelo N.º, marca:

JBL QUANTUM STREAM TALK

JBL

2. Nome e endereço do fabricante:

Harman International Industries, Incorporated

8500 Balboa Blvd, Northridge, CA 91329, UNITED STATES

3. A presente declaração de conformidade é emitida sob a exclusiva responsabilidade do fabricante.

4. Objeto da declaração:

USB-C Wired Condenser Microphone

5. O objeto da declaração acima mencionada está em conformidade com a legislação de harmonização da União aplicável. Outra legislação de harmonização da União, se aplicável:

EMC - 2014/30/EU,

RoHS - (EU) 2015/863 amending Annex II to 2011/65/EU

6. Referências às normas harmonizadas aplicáveis utilizadas ou às outras especificações técnicas em relação às quais a conformidade é declarada. As referências devem ser enumeradas com os respetivos números de identificação e versão e, se for caso disso, a data de emissão:

EN 55032:2015+A11:2020+A1: 2020, EN IEC 61000-3-2:2019+A1:2021,

EN IEC 61000-3-3: 2013+ A1: 2019+A2:2021, EN 55035:2017+A11:2020

EN IEC 63000:2018

7. Se aplicável, descrição dos acessórios e/ou componentes, incluindo o software, que permitem que o equipamento de rádio funcione conforme o pretendido, abrangidos pela declaração UE de conformidade:

-

(assinatura):

(nome, cargo):

Assinado por e em nome de:

(local e data de emissão)

Clarice Chen Sr. Manager, Product Compliance & Sustainability

Harman International Industries, Incorporated

Shenzhen, China. 2023-09-08

N.º: HA-20230908-001

Por ocasião da aceitação da proposta, o parecer da unidade técnica foi anexado pela pregoeira no campo de diligências do portal compras.gov, referente à licitante MRM MUSIC LTDA, estando disponível para consulta de quaisquer interessados.

Por fim, ainda que, supostamente, por um equívoco, tal requisito não tivesse sido avaliado pelos técnicos na ocasião da aceitação da proposta, sua comprovação estaria agora suprida pela apresentação da Declaração de Conformidade pela licitante recorrida, junto de suas contrarrazões.

Apesar de o referido documento ter sido apresentado somente agora, na fase recursal, o mesmo se presta a comprovar situação pré-existente à abertura da licitação e, portanto, deve ser aceito pela pregoeira, nos termos do Acórdão 1211/2021 – TCU – Plenário, que explana entendimento consolidado por aquele Tribunal. Segue, abaixo, trecho extraído do julgado:

“Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro”. – grifamos

Sendo assim, não procedem as alegações da recorrente e seu recurso não merece provimento.

4. CONCLUSÃO

Pelos fundamentos acima expostos, resolve a pregoeira conhecer do recurso interposto por **MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA**, por tempestivo e, no mérito, s.m.j., propor seja julgado improcedente, mantida a decisão que declarou vencedora a 5ª colocada, ora recorrida, **MRM MUSIC LTDA**.

Submeto os autos deste procedimento licitatório à apreciação superior, para análise e avaliação, propondo, ao fim e ao cabo, sua adjudicação e homologação, por regulares os atos praticados, do que esta Secretaria de Licitações e Contratos deverá ser comunicada para que proceda aos trâmites pertinentes à finalização e publicidade da presente licitação.

Belo Horizonte, 13 de janeiro de 2026.

Sheyla de Campos Mendes
Pregoeira

Graziella Melgaço Pires Furtado de Mendonça
Chefe da Divisão de Licitações e Contratações Diretas
(assinado eletronicamente)